

CONTRATO DE PRODUTOR N.º [...] / 11

Entre:

G.V.B. - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE BATERIAS, LDA., sociedade comercial por quotas, com sede na Rua da Junqueira, n.º 39, 2.º Piso, Edifício Rosa, 1300-307 Lisboa, pessoa colectiva número 509119972, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número de pessoa colectiva, com o capital social de € 50.000,00, neste acto representada por Fernando Manuel de Oliveira Bruno Moita, com poderes para o acto, portador do bilhete de identidade n.º 6061939, emitido em 06/11/2000 pelos SIC de Lisboa, adiante designada por "G.V.B.";

e

[.....], sociedade [anónima/comercial por quotas], com sede na [.....], [.....], [.....], pessoa colectiva número [.....], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [.....] sob o mesmo número de pessoa colectiva, com o capital social de € [.....], neste acto representada por [.....] e por [.....], na qualidade de [administradores/gerentes], com poderes para o acto, adiante designada por "Segundo Contraente";

Considerando que:

- I. O Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro (doravante "DL 6/2009"), estabeleceu o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos, que revoga a Directiva n.º 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, alterada pela Directiva n.º 2008/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março.
- II. O DL 6/2009 revogou o Decreto-Lei n.º 62/2001, de 19 de Fevereiro (doravante "DL 62/2001"), e as Portarias n.ºs 571/2001 e 572/2001, de 6 de Junho (doravante "Portaria 571/2001" e "Portaria 572/2001", respectivamente), diplomas estes que, até à entrada em vigor do DL 6/2009, estabeleciam o regime jurídico relativo à gestão de pilhas e acumuladores e à gestão de pilhas e acumuladores usados.
- III. Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do DL 6/2009, os Produtores de pilhas e acumuladores são obrigados a submeter a gestão dos respectivos resíduos a um sistema integrado ou a um sistema individual, para efeitos do cumprimento das obrigações para os mesmos emergentes do mencionado diploma.
- IV. Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do DL 6/2009, caso o Produtor opte pela adesão a um sistema integrado, a responsabilidade pela gestão dos resíduos de pilhas e acumuladores é transferida para a entidade gestora desse sistema.
- V. Através do Despacho n.º 5186/2010 do Secretário de Estado do Ambiente, de 23 de Março de 2010, por delegação da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território pelo Despacho n.º 932/2010, de 14 de Janeiro, foi atribuída Licença à G.V.B., até 31 de Dezembro de 2015, para exercer a actividade de gestão de resíduos de baterias e acumuladores industriais e baterias e acumuladores para veículos automóveis, enquanto entidade gestora do sistema integrado, nos termos do DL 6/2009.
- VI. A G.V.B. encontra-se, por conseguinte, licenciada, para o exercício da actividade de entidade gestora de resíduos de baterias e acumuladores industriais e baterias e acumuladores para veículos automóveis.
- VII. O Segundo Contraente exerce actividades que lhe conferem a qualidade de Produtor de **[baterias e acumuladores para veículos automóveis] [baterias e acumuladores industriais] [baterias e acumuladores industriais e de baterias e acumuladores para veículos automóveis]** e pretende

transferir a responsabilidade daí decorrente pela gestão dos respectivos resíduos de baterias e acumuladores, que efectivamente venham a ser colocados no mercado, para a G.V.B..

VIII. Nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do DL 6/2009, a transferência de responsabilidades de cada Produtor para a entidade gestora é objecto de contrato escrito.

É livremente e de boa-fé celebrado o presente Contrato de Produtor, que se regerá pelos termos e condições constantes das Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato, consideram-se aplicáveis as definições constantes do artigo 3.º do DL 6/2009, que aqui se dão por integralmente reproduzidas.
2. São ainda aplicáveis ao presente Contrato as seguintes definições adicionais que aqui ficam expressamente contempladas, nos termos seguintes:
 - a) Ecovalor: a prestação financeira unitária devida pelo Produtor à G.V.B., a título de contrapartida da transferência da sua responsabilidade pela gestão dos resíduos de baterias e acumuladores industriais e baterias e acumuladores para veículos automóveis;
 - b) Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores Industriais e Baterias e Acumuladores para Veículos Automóveis (SIGRAB): o Sistema através do qual o Produtor transfere para a G.V.B., enquanto Entidade Gestora devidamente licenciada, a sua responsabilidade pela gestão de resíduos de baterias e acumuladores industriais e baterias e acumuladores para veículos automóveis;
 - c) Trimestre natural: trimestres que terminam a 31 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro.

Cláusula Segunda

(Objecto)

1. Pelo presente Contrato, o Segundo Contraente, na qualidade de Produtor de **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]**, adere ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores Industriais e Baterias e Acumuladores para Veículos Automóveis (SIGRAB) gerido pela G.V.B., transferindo para esta a sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável e da Licença de que esta é titular.
2. O Segundo Contraente autoriza desde já a G.V.B. a divulgar perante terceiros a sua adesão ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores Industriais e Baterias e Acumuladores para Veículos Automóveis.

Cláusula Terceira

(Âmbito Material de Aplicação)

1. O presente Contrato abrange as **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]**, cujas características são indicadas no Anexo I, que sejam colocados pelo Segundo Contraente, no âmbito da sua actividade profissional, pela primeira vez no mercado nacional, independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a venda através da comunicação à distância.
2. Considera-se que as baterias e acumuladores são colocados pela primeira vez no mercado nacional na data de emissão das facturas de venda ou documento equivalente.

3. Em alternativa ao disposto no número anterior, e para efeito de preenchimento das Declarações Mensais, Trimestrais ou Anuais, o Produtor pode optar por considerar que as baterias e acumuladores são colocados no mercado nacional na data de importação ou da aquisição intracomunitária de bens, consoante o caso.
4. Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 17.º do DL 6/2009, a G.V.B. prevê vir a atingir uma Taxa de Recolha de 80% até 31 de Dezembro de 2010, 82% até 31 de Dezembro de 2011, 85% até 31 de Dezembro de 2012, 90% até 31 de Dezembro de 2013, 92% até 31 de Dezembro de 2014 e 95% até 31 de Dezembro de 2015, ficando expressamente acordado e entendido entre as Partes que estas taxas são uma simples estimativa, cujo cumprimento pela G.V.B. se encontra dependente de vários factores, incluindo o comportamento dos utilizadores finais das baterias e acumuladores industriais e baterias e acumuladores para veículos automóveis em causa.

Cláusula Quarta

(Obrigações Declarativas do Segundo Contraente)

1. O Segundo Contraente obriga-se a manter a G.V.B. informada sobre a quantidade, peso e caracterização das **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]**, bem como as marcas que coloca no mercado (Anexo II), designadamente para efeitos de possibilitar o cálculo das prestações financeiras devidas pelo Segundo Contraente.
2. A obrigação prevista no número anterior, relativamente aos anos de 2009 e 2010, deverá ser realizada com a assinatura do presente Contrato, consubstanciando-se na entrega à G.V.B. das Declarações Anuais de 2009 e 2010 certificadas por TOC ou ROC.
3. Do mesmo modo, o Segundo Contraente deverá entregar à G.V.B., com a assinatura do presente Contrato, Declaração Trimestral relativa ao último trimestre de 2009, a qual deverá ser certificada por TOC ou ROC.
4. A referida informação deverá ser sistematizada através do preenchimento da Declaração de que se junta minuta como Anexo III ao presente Contrato, a qual deverá futuramente ser submetida através de ferramenta informática própria, existente na página de internet da G.V.B. (www.gvb.pt), sem prejuízo do envio obrigatório da Certificação da Declaração Anual em formato papel.
5. O Segundo Contraente declara e garante ter preenchido de forma correcta e completa, previamente à celebração do presente Contrato, as Declarações mencionadas nos números 2 e 3 da presente Cláusula.
6. A Declaração deverá ser subsequentemente preenchida e submetida obrigatoriamente numa base anual (Declaração Anual) e facultativamente numa base trimestral (Declaração Trimestral), sem prejuízo do previsto no n.º 3 da presente Cláusula, ou mensal (Declaração Mensal).
7. As Declarações Anuais são obrigatoriamente certificadas por TOC ou por ROC.
8. As Declarações Trimestrais não têm de ser certificadas, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da presente Cláusula.
9. As Declarações Mensais não têm de ser certificadas.
10. Sempre que o Segundo Contraente comercializar baterias e acumuladores e veículos ou equipamentos que contenham baterias e acumuladores, deve preencher, para cada período considerado (mês, trimestre ou ano), uma Declaração relativa às baterias e acumuladores comercializados isoladamente e outra Declaração relativa às baterias e acumuladores contidos nos veículos ou equipamentos comercializados.

Cláusula Quinta

(Prazos de entrega das Declarações)

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da Cláusula Quarta, as Declarações Anuais deverão ser entregues pelo Segundo Contraente à G.V.B. até ao último dia de Fevereiro do ano imediatamente subsequente àquele a que diz respeito, nos seguintes termos:
 - a) Até ao dia 29 de Fevereiro de 2012, deverá ser entregue a Declaração Anual relativa ao ano de 2011;
 - b) Até ao dia 28 de Fevereiro de 2013, deverá ser entregue a Declaração Anual relativa ao ano de 2012.
2. O referido processo repetir-se-á sucessivamente ao longo dos anos seguintes.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta, as Declarações Trimestrais deverão ser entregues pelo Segundo Contraente à G.V.B. até ao dia 15 do mês imediatamente subsequente ao trimestre a que diz respeito, nos seguintes termos:
 - a) Até ao dia 15 de Abril de 2011, deverá ser entregue a Declaração Trimestral relativa ao primeiro trimestre de 2011;
 - b) Até dia 15 de Julho de 2011, deverá ser entregue a Declaração Trimestral relativa ao segundo trimestre de 2011;
 - c) Até dia 15 de Outubro de 2011, deverá ser entregue a Declaração Trimestral relativa ao terceiro trimestre de 2011;
 - d) Até dia 15 de Janeiro de 2012, deverá ser entregue a Declaração Trimestral relativa ao quarto trimestre de 2011.
4. O referido processo repetir-se-á sucessivamente ao longo dos trimestres seguintes.
5. As Declarações Mensais deverão ser entregues pelo Segundo Contraente à G.V.B. até ao dia 15 do mês imediatamente subsequente ao mês a que diz respeito, nos seguintes termos:
 - a) Até ao dia 15 de Fevereiro de 2011, deverá ser entregue a Declaração Mensal relativa a Janeiro de 2011;
 - b) Até dia 15 de Março de 2011, deverá ser entregue a Declaração Mensal relativa a Fevereiro de 2011;
 - c) Até dia 15 de Abril de 2011, deverá ser entregue a Declaração Mensal relativa a Março de 2011.
6. O referido processo repetir-se-á sucessivamente ao longo dos meses seguintes.

Cláusula Sexta

(Prestações Financeiras - Ecovalor: Cálculo, Facturação e Pagamento)

1. As prestações financeiras devidas pelo Segundo Contraente à G.V.B. são função da quantidade e características e natureza dos materiais presentes nas **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]** colocados no mercado pelo Segundo Contraente, bem como das características e natureza dos materiais presentes nos respectivos resíduos e das operações de tratamento a que tais resíduos são sujeitos.
2. As prestações financeiras devidas pelo Segundo Contraente à G.V.B. são calculadas multiplicando a quantidade de baterias e acumuladores, em número e/ou em peso, colocados no mercado pelo Segundo Contraente, nos termos por este declarados, pelos valores unitários (Ecovalores) detalhados no Anexo IV ao presente Contrato.
3. Os valores da tabela geral de prestações financeiras devidas, constantes do referido Anexo IV, foram fixados pelo Ministério competente, podendo os mesmos ser actualizados mediante proposta da G.V.B. a

apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente até 30 de Setembro do ano imediatamente anterior àquele a que diz respeito e carece de aprovação por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, caso em que o Segundo Contraente deverá ser informado dos novos valores através de circular, a expedir com uma antecedência mínima de 30 dias antes da respectiva entrada em vigor.

4. No caso de não ser possível cumprir o prazo de 30 dias referido no número anterior, pelo facto de o despacho mencionado no mesmo número não ter sido proferido em tempo útil que permita à G.V.B. cumprir este prazo, a G.V.B. deverá informar o Segundo Contraente dos novos valores, através de circular, a expedir no prazo de 5 dias a contar da data em que receba o competente despacho, aplicando-se o novo valor a partir do primeiro dia do ano a que tal novo valor disser respeito ou, no caso de a notificação ao Segundo Contraente apenas ocorrer já nesse ano, no prazo de 5 dias a contar da expedição da notificação.

5. Ao proceder à colocação no território nacional de baterias e acumuladores, o Segundo Contraente deve discriminar, num ponto específico da respectiva factura, o valor da prestação financeira, com a seguinte menção: "Ecovalor – Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro".

6. Para o cálculo das prestações financeiras, a G.V.B. estabeleceu as duas seguintes modalidades: Modalidade A (Declaração Trimestral) e Modalidade B (Declaração Mensal).

6.1. Modalidade A (Declaração Trimestral)

a) A prestação financeira devida relativa ao primeiro trimestre natural, após o início do presente Contrato, será calculada com base na Declaração Trimestral entregue pelo Segundo Contraente à G.V.B., de acordo com a metodologia referida nos números 3 e 4 da Cláusula Quinta.

b) A G.V.B. emitirá factura até ao último dia de Abril, que deverá ser liquidada pelo Segundo Contraente até ao último dia de Maio.

c) O referido processo repetir-se-á sucessivamente ao longo dos trimestres seguintes, sendo que o cálculo do valor a facturar deverá incorporar a informação real que for ficando disponível em cada trimestre. Assim sendo, a G.V.B. emitirá facturas trimestrais, até ao último dia dos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro, as quais deverão ser liquidadas até ao último dia do mês imediatamente subsequente ao que disser respeito, isto é, Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro.

d) No caso previsto na parte final do n.º 4 da presente Cláusula, aplicar-se-ão as regras que antecedem com as devidas adaptações.

6.2. Modalidade B (Declaração Mensal)

a) A prestação financeira devida relativa ao primeiro mês, após início do presente Contrato, será calculada com base na Declaração Mensal entregue pelo Segundo Contraente à G.V.B., de acordo com a metodologia referida nos números 5 e 6 da Cláusula Quinta.

b) A G.V.B. emitirá factura até ao último dia de Fevereiro, que deverá ser liquidada pelo Segundo Contraente até ao último dia de Março.

c) O referido processo repetir-se-á sucessivamente ao longo dos meses seguintes, sendo que o cálculo do valor a facturar deverá incorporar a informação real que for ficando disponível em cada mês. Assim sendo, a G.V.B. emitirá doze facturas anualmente, cada uma das quais até ao último dia do mês seguinte àquele a que disser respeito, as quais deverão ser liquidadas pelo Segundo Contraente até ao último dia do mês imediatamente subsequente ao da emissão da factura.

d) No caso previsto na parte final do n.º 4 da presente Cláusula, aplicar-se-ão as regras que antecedem com as devidas alterações.

7. Sempre que não seja entregue uma Declaração Trimestral ou uma Declaração Mensal, o cálculo das prestações financeiras, trimestrais ou mensais, será efectuado da seguinte forma.

7.1. Modalidade A (Declaração Trimestral)

- a) As prestações financeiras relativas aos trimestres naturais do ano de celebração do presente Contrato serão equivalentes a 25% do montante que tiver sido calculado em função dos dados constantes da Declaração Anual de 2010 Certificada, entregue pelo Segundo Contraente à G.V.B. com o presente Contrato.
- b) Até ao último dia do mês de Fevereiro de cada ano civil, o Segundo Contraente informará a G.V.B. sobre as quantidades realmente colocadas no mercado no ano civil anterior, através do preenchimento e submissão da respectiva Declaração Anual.
- c) As prestações financeiras trimestrais em cada um dos anos seguintes (2012 a 2015) terão por referência a Declaração Anual antecedente, pelo que a facturação relativa aos trimestres em cada ano de vigência do presente Contrato terá sempre por referência 25% da quantidade real de **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]** colocados no mercado no ano civil anterior.
- d) No caso previsto na parte final do n.º 4 da presente Cláusula, aplicar-se-ão as regras que antecedem com as devidas adaptações.

7.2. Modalidade B (Declaração Mensal)

- a) As prestações financeiras relativas aos meses do ano de celebração do presente Contrato serão equivalentes a 1/12 do montante que tiver sido calculado em função dos dados constantes da Declaração Anual de 2010 Certificada, entregue pelo Segundo Contraente à G.V.B. com o presente Contrato.
- b) Até ao último dia do mês de Fevereiro de cada ano civil, o Segundo Contraente informará a G.V.B. sobre as quantidades realmente colocadas no mercado no ano civil anterior, através do preenchimento e submissão da respectiva Declaração Anual.
- c) As prestações financeiras mensais em cada um dos anos seguintes (2012 a 2015) terão por referência a Declaração Anual antecedente, pelo que a facturação relativa aos meses em cada ano de vigência do presente Contrato terá sempre por referência 1/12 da quantidade real de **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]** colocados no mercado no ano civil anterior.
- d) No caso previsto na parte final do n.º 4 da presente Cláusula, aplicar-se-ão as regras que antecedem com as devidas adaptações.

8. Haverá lugar ao cálculo de Acerto sempre que as prestações financeiras liquidadas num ano, através das Modalidades A ou B, forem diferentes dos valores realmente devidos relativamente a esse ano.

9. O Acerto de contas entre o valor facturado e o valor real será efectuado, após recepção da Declaração Anual, do seguinte modo:

- i) Se existir um saldo a favor da G.V.B., esta emitirá a correspondente factura que deverá ser liquidada pelo Segundo Contraente no prazo de 30 (trinta) dias após a sua emissão;
- ii) Se existir um saldo a favor do Segundo Contraente, a G.V.B. emitirá a correspondente Nota de Crédito que deverá ser compensada na factura subsequente.

Cláusula Sétima

(Prestações Financeiras relativas ao último trimestre de 2009)

Na presente data e em cumprimento da imposição legal estatuída no n.º 1 do artigo 16.º do DL 6/2009, o Segundo Contraente liquidará a prestação financeira que se mostre devida nos termos do n.º 3 da Cláusula Quarta do presente Contrato, relativa ao último trimestre do ano de 2009.

Cláusula Oitava

(Falta de apresentação de Declarações)

- 1. Caso não seja entregue a Declaração Trimestral ou a Declaração Mensal dentro dos prazos previstos,

respectivamente, no n.º 3 e no n.º 5 da Cláusula Quinta, a facturação será calculada nos termos mencionados no n.º 7 da Cláusula Sexta.

2. Caso não seja entregue a Declaração Anual dentro dos prazos previstos no n.º 1 da Cláusula Quinta, deixa de ser possível fazer o Acerto da prestação financeira e emitir o Certificado referido no n.º 2 da Cláusula Décima, podendo a G.V.B. recorrer ao estipulado na Cláusula Décima Quarta.

Cláusula Nona (Auditoria)

1. O Segundo Contraente obriga-se a organizar e manter, durante a vigência do presente Contrato e no ano subsequente à cessação, a qualquer título, do mesmo, um sistema de registo específico, por meio de arquivos documentais ou em suporte informático, que contenha todos os elementos utilizados pelo Segundo Contraente para efeitos de preenchimento das Declarações previstas na Cláusula Quarta do presente Contrato, aferição da quantidade e caracterização das **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]** pelo mesmo colocados no mercado e cálculo do valor das prestações financeiras prestadas ou a prestar à G.V.B..

2. A G.V.B. tem o direito de proceder, por si ou através de serviço de auditoria externo e independente, à verificação dos elementos referidos no número anterior, os quais, para facilitar a referida auditoria, deverão incluir, designadamente, (i) listas com as quantidades e pesos de **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]** comercializados e correspondente contribuição para a G.V.B.; e (ii) cópia das facturas do Segundo Contraente aos respectivos clientes, as quais deverão discriminar, nos termos mencionados no n.º 5 da Cláusula Sexta, o valor global que, em cada transacção, corresponde à contribuição devida à G.V.B..

3. Todos os documentos, suportes informáticos, programas de computador e demais elementos que a G.V.B. ou a entidade externa considerem necessários ou convenientes para efeitos de realização da auditoria deverão ser disponibilizados no prazo máximo de vinte dias a contar da data de solicitação dos mesmos.

4. Nos casos em que a auditoria referida nos números anteriores determine ser devido um pagamento suplementar por parte do Segundo Contraente, o Segundo Contraente obriga-se a proceder ao pagamento do mesmo no prazo máximo de dez dias a contar da data de emissão da factura respectiva por parte da G.V.B..

5. Ao valor do pagamento suplementar previsto no número anterior acrescerão ainda juros de mora contados desde a data de vencimento de cada um dos pagamentos objecto de correcção, à taxa legal aplicável a juros comerciais.

6. Os custos da actividade de auditoria referida no n.º 2 da presente Cláusula serão suportados pela G.V.B., excepto no caso de se concluir ser devido um acréscimo das prestações financeiras em montante igual ou superior a 5% relativamente ao período analisado e às informações fornecidas pelo Segundo Contraente, caso em que os referidos custos serão suportados por este.

7. No caso de o desvio entre os resultados da auditoria e as Declarações submetidas pelo Segundo Contraente ser superior a 10 %, a G.V.B. terá ainda direito à resolução do presente Contrato, com justa causa e com efeitos imediatos.

Cláusula Décima

(Certificações)

1. A G.V.B. emite na data da assinatura do presente Contrato um Certificado atestador da adesão por parte do Segundo Contraente ao SIGRAB, o qual será renovado anualmente.
2. A G.V.B. emitirá anualmente um Certificado comprovativo do cumprimento por parte do Segundo Contraente das suas obrigações contratuais, atestador da transferência da responsabilidade pela gestão dos resíduos.

Cláusula Décima Primeira

(Confidencialidade)

1. Sem prejuízo de obrigação a que possa estar sujeita por acto administrativo ou judicial ou para cumprimento de obrigação legal, a G.V.B. compromete-se a guardar e a assegurar a confidencialidade de todos os dados fornecidos pelo Segundo Contraente, especialmente no que se refere aos valores de vendas por este reportados.
2. O dever de confidencialidade referido no número anterior manter-se-á mesmo após a cessação, a qualquer título, do presente Contrato.
3. O presente dever de confidencialidade é aplicável a qualquer membro dos órgãos sociais da G.V.B. e ainda que os mesmos sejam colaboradores de empresas que comercializem baterias e acumuladores.

Cláusula Décima Segunda

(Duração)

1. O presente Contrato é válido até 31 de Dezembro de 2012.
2. O presente Contrato renova-se automaticamente por períodos sucessivos de 1 ano, caso não seja denunciado por qualquer das Partes mediante comunicação escrita enviada com a antecedência mínima de seis meses relativamente ao termo do período de vigência em curso.
3. A vigência do presente Contrato fica condicionada à vigência da Licença prevista nos Considerandos supra e à manutenção do estatuto de Produtor de **[baterias e acumuladores aplicáveis de entre os referidos no Considerando VII]** por parte do Segundo Contraente. No caso de deixar de se verificar qualquer uma das duas referidas condições, a vigência do presente Contrato cessará com efeitos imediatos, sem prejuízo da obrigação de ambas as Partes comunicarem à outra, com a antecedência adequada, a ocorrência de qualquer facto que origine tal não verificação.
4. No caso de revogação unilateral do presente Contrato por qualquer das Partes haverá lugar ao Acerto nos termos dos números 8 e 9 da Cláusula Sexta, com as necessárias adaptações.

Cláusula Décima Terceira

(Suspensão da Transferência de Responsabilidade)

1. Caso o Segundo Contraente se encontre em mora, por prazo superior a 30 dias, no pagamento de qualquer factura emitida pela G.V.B., considerar-se-á suspensa a transferência de responsabilidade prevista no presente Contrato.

2. A suspensão apenas cessará com o pagamento integral da(s) factura(s) em dívida, acrescida(s) de juros de mora a uma taxa igual ao dobro do valor do indicador EURIBOR a 6 meses.
3. No caso de a suspensão se prolongar por período superior a 60 dias, a G.V.B. terá ainda direito à resolução do presente Contrato, com justa causa e com efeitos imediatos.

Cláusula Décima Quarta

(Resolução do Contrato)

O incumprimento por uma das Partes de qualquer obrigação emergente do presente Contrato confere à outra Parte o direito de o resolver com justa causa, caso a parte faltosa não ponha termo à situação de incumprimento decorridos 60 dias sobre a notificação que, para o efeito, a parte não faltosa lhe tenha dirigido.

Cláusula Décima Quinta

(Disposições Diversas)

1. O presente Contrato substitui e revoga quaisquer contratos e acordos anteriores entre as Partes, com o mesmo objecto.
2. A omissão do exercício de qualquer dos direitos das Partes ao abrigo do presente Contrato não constituirá nem será interpretada como perda ou renúncia ao posterior exercício desses direitos.
3. O presente Contrato não poderá ser emendado, alterado ou modificado, excepto por acordo escrito e assinado por ambas as Partes.
4. As notificações a efectuar pelas Partes, nos termos do presente Contrato, deverão ser endereçadas, por carta registada com aviso de recepção, para as moradas indicadas no cabeçalho, ficando as Partes obrigadas a comunicar, pela mesma forma, qualquer alteração do domicílio aí referido.

Cláusula Décima Sexta

(Comunicações)

Ao abrigo do presente Contrato fica estabelecido o seguinte esquema de comunicações:

1. As comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato, serão efectuadas por via electrónica, fax ou carta conforme o acordado entre a G.V.B. e o Segundo Contraente com excepção das comunicações que respeitem à eventual denúncia ou resolução do presente Contrato as quais deverão ser, neste caso, por carta registada com aviso de recepção.
2. Para efeito das comunicações a efectuar ao abrigo do presente Contrato e salvo indicação escrita em contrário, são os seguintes os endereços, números de telefax e as pessoas de contacto das Partes:

2.1. G.V.B. - Gestão e Valorização de Baterias, Lda.

Av. Dr. Carlos Leal

2600-729 Castanheira do Ribatejo

E-mail: geral@gvb.pt

Tel.: 263 279 640

Fax: 263 279 649

Pessoa de Contacto: Eng.º Fernando Bruno Moita

2.2.[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

E-mail: [.....@.....]

Tel: [.....]

Fax: [.....]

Pessoa de Contacto: [.....]

Cláusula Décima Sétima

(Lei Aplicável e Resolução de Litígios)

O presente Contrato e todos os direitos e obrigações dele emergentes serão regulados pela lei portuguesa, sendo os litígios que dele possam emergir dirimidos no foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Lisboa, [...] de [...] de 2011

Pela G.V.B.,

Pelo Segundo Contraente,

ANEXO I

Identificação das baterias e acumuladores incluídos no SIGRAB

- a)** Baterias ou acumuladores para veículos automóveis, que sejam utilizados para fornecer energia ao motor de arranque, para as luzes e para a ignição (baterias SLI);
- b)** Baterias ou acumuladores para motos e motocicletas, que sejam utilizados para fornecer energia ao motor de arranque, para as luzes e para a ignição (baterias SLI);
- c)** Baterias ou acumuladores para máquinas agrícolas e industriais, que sejam utilizados para fornecer energia ao motor de arranque, para as luzes e para a ignição (baterias SLI);
- d)** Baterias ou acumuladores de tracção, aplicados em:
 - Movimentação de cargas (empilhadores, rebocadores de aviões, preparadores de material, porta paletes e máquinas auto guiadas);
 - Movimentação de pessoas (autocarros, carros eléctricos, carrinhos de golf, cadeiras de rodas);
 - Máquinas de limpeza (lavadoras, aspiradores);
 - Máquinas de elevação de cargas ou pessoas (plataformas elevatórias, elevadores);
- e)** Baterias ou acumuladores de tracção, aplicados em motos, motocicletas e veículos automóveis eléctricos e híbridos;
- f)** Baterias ou acumuladores estacionários aplicados em:
 - Sistemas de telecomunicações (rede fixa, móvel e radiomóvel);
 - Centrais nucleares, termoeléctricas e de energia renovável (hídricas, eólicas e fotovoltaicas);
 - Alimentação ininterrupta (UPS);
 - Centrais de alarmes, de segurança, emergência e sinalização;
 - Electromedicina e blocos operatórios;
 - Material circulante (comboios);
 - Diversão (brinquedos, rádio modelismo, etc.);
- g)** Baterias e acumuladores de embarcações eléctricas e não eléctricas;
- h)** Baterias e acumuladores de aeronaves eléctricas e não eléctricas.

ANEXO II

Listagem de Marcas

Marcas de Baterias e Acumuladores colocados no mercado nacional e comercializados isoladamente

1)	2)
3)	4)
5)	6)
7)	8)
9)	10)
11)	12)
13)	14)
15)	16)
17)	18)
19)	20)
21)	22)
23)	24)
25)	26)
27)	28)
29)	30)

Marcas de Veículos e Equipamentos comercializados e que contêm Baterias e Acumuladores

1)	2)
3)	4)
5)	6)
7)	8)
9)	10)
11)	12)
13)	14)
15)	16)
17)	18)
19)	20)

ANEXO III

Modelo de Declaração

APLICAÇÃO

☐ BATERIAS E ACUMULADORES INDUSTRIAIS

☐ BATERIAS E ACUMULADORES PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

COMERCIALIZAÇÃO

☐ BATERIAS E ACUMULADORES VENDIDOS ISOLADAMENTE

☐ BATERIAS E ACUMULADORES CONTIDOS EM VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS

ANO

2009 ☐ 2010 ☐ 2011 ☐ 2012 ☐ 2013 ☐ 2014 ☐ 2015 ☐

TRIMESTRE

JAN./MAR. ☐ ABR./JUN. ☐ JUL./SET. ☐ OUT./DEZ. ☐

MÊS

JAN. ☐ FEV. ☐ MAR. ☐ ABR. ☐ MAI. ☐ JUN. ☐ JUL. ☐ AGO. ☐ SET. ☐ OUT. ☐ NOV. ☐ DEZ. ☐

Categoria Homogenea	Tecnologia	Aplicação	Voltagem (V)	Capacidade (Ah)	PORTUGAL CONTINENTAL		MADEIRA (NºBaterias)	AÇORES (NºBaterias)	ECOVALOR (€/Kg)	TOTAL (€)
					(NºBaterias)	(Peso/Kg)				
A	Chumbo-Ácido	SLI*	6	2-14					0,05	
12			2-31							
6			15-79					0,36		
12			32-69							
6			80-179					0,48		
D			12	70-99						
E			6	180-240					0,60	
			12	100-179						
			12	180-240					0,72	
F	Chumbo-Ácido	Tracção Estacionária	Todas	Todas	—		—		—	0,024
G	Todas excepto Chumbo-Ácido	Todas	Todas	Todas	—		—		—	0,024
TOTAL										

(*)SLI- Starting Lighting Ignition
Sobre o Ecovvalor incide IVA à taxa legal em vigor

ANEXO IV

Tabela de ECOVALORES

Categoria Homogénea	Tecnologia	Aplicação	Vtagem	Capacidade	ECOVALOR	
			(V)	(Ah)	(€/Bateria)	(€/Kg)
A	Chumbo-Ácido	SLI*	6	2-14	0,05	—
			12	2-31		
B			6	15-79	0,36	—
			12	32-69		
C			6	80-179	0,48	—
			12	70-99		
D			6	180-240	0,60	—
			12	100-179		
E			12	180-240	0,72	—
F	Chumbo-Ácido	Tracção; Estacionária	Todas	Todas	—	0,024
G	Todas, excepto Chumbo-Ácido	Todas	Todas	Todas	—	0,024

(*)SLI- *Starting Lighting Ignition*

Sobre o Ecovalor incide IVA à taxa legal em vigor